

Entre Barreiras e Conquistas: A Experiência de Estudantes LGBT+s no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Isaque Santos Souza¹, Iasminny Victória Mendes Araújo¹, Rafael Alves Oliveira², Fausto de Melo Faria Filho¹, Mairon Marques dos Santos¹

¹(Campus Ceres, Instituto Federal Goiano, Brasil)

²(Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte/ Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Brasil)

Resumo:

Este estudo investiga a vivência de estudantes LGBT+s no Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, analisando desafios educacionais e as consequências da discriminação no ambiente escolar. A pesquisa, de abordagem quanti-qualitativa e descritiva, foi conduzida por meio de um questionário diagnóstico aplicado a estudantes LGBT+s maiores de 18 anos. Os resultados indicam que, embora ainda existam relatos de insegurança e discriminação, os esforços da instituição no combate ao preconceito têm desempenhado um papel fundamental na promoção de um ambiente mais acolhedor e respeitoso. A presença de políticas inclusivas, núcleos de apoio e ações de conscientização tem contribuído significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos alunos. Conclui-se que, para a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo, é essencial fortalecer políticas educacionais, ampliar ações de sensibilização e garantir que a escola continue sendo um espaço de transformação social e promoção da diversidade.

Palavras-chave: Inclusão; LGBT+; Educação; Diversidade.

Date of Submission: 08-02-2025

Date of Acceptance: 18-02-2025

I. Introdução

Minorias são grupos de indivíduos em condições de desvantagem social. Embora frequentemente correspondam a uma parcela menor da população, como ocorre com as comunidades LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e outros), quilombola, indígena e de pessoas com deficiência, essa não é uma regra absoluta. Mulheres e pessoas negras, por exemplo, representam uma parte expressiva da população brasileira, são consideradas minorias devido à posição social desfavorecida e à limitada representatividade política (Souza e Moura, 2022; Garcia, Lacerda e Lima, 2023 e Young, 2006).

O Brasil se configura como uma sociedade onde a LGBT+fobia, o machismo e o racismo ainda são, infelizmente, comuns, perpetuando uma realidade de violência contra pessoas pertencentes a esses grupos. Muitas vezes, essa violência é normalizada, o que viola os direitos constitucionais dessas pessoas e afeta profundamente a sua autoestima e dignidade. Embora tenham ocorrido importantes conquistas após longos períodos de invisibilidade, muitas minorias ainda enfrentam restrições de acesso a diversos espaços. Essa exclusão persiste, em grande parte, devido à perpetuação do preconceito institucionalizado (Silva, 2017).

Este pode se manifestar de duas formas: por meio de atitudes e comportamentos hostis, ou se revelar de forma mais sutil e disfarçada (Browser, 1995; Kinder e Sears, 1981; Mummendey e Wenzel, 1999). Portanto, apesar da diminuição das expressões mais tradicionais de discriminação, as classes dominantes procuram justificar e, por vezes, legitimar o preconceito com discursos ideológicos, sem infringir diretamente as normas que proíbem a discriminação contra as minorias (Pereira, Torres e Almeida, 2003), como a lei a lei 7.716/89, conhecida como Lei do Racismo prevista na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1989).

Ambas as formas se manifestam de forma estrutural, enfraquecendo os direitos das minorias e reduzindo gradualmente suas oportunidades: menos ofertas de emprego, menos chances de ocupar cargos de liderança, menor representatividade em posições políticas e, em casos mais extremos, como ocorre principalmente com travestis e mulheres transexuais negras, esta exclusão leva, muitas vezes, à completa marginalização da sociedade, com mínimas condições de dignidade e sobrevivência (Antra, 2020).

Um exemplo de preconceito institucionalizado enfrentado pela comunidade LGBT+ é a hiperssexualização de seus corpos (Bouchard; Bouchard & Boily, 2005). Richard-Bessette (2006) descreve essa prática como uma ênfase exagerada em estratégias corporais voltadas para a sedução. A generalização dessa característica à comunidade LGBT+ restringe sua atuação social, pois, em uma sociedade que estigmatiza a sexualidade, tal construção contribui para a perpetuação de uma imagem negativa.

Para uma nação justa e igualitária, o Estado democrático deve considerar as diferenças, garantindo que estas não se transformem em desigualdades, e proteger os direitos de todos. Contudo, um dos grandes obstáculos à implementação de políticas públicas para a promoção de bem-estar social à grupos minoritários, é a manutenção do poder por uma estrutura heterocisnormativa e branca (Neves, et. al., 2015).

O ambiente escolar, por sua natureza formativa, desempenha um papel fundamental na construção social de adolescentes e jovens (Alves, 2013). No entanto, é inegável que as discussões em torno de gênero e sexualidade muitas vezes permanecem relegadas a um plano secundário ou, em alguns casos, são até mesmo evitadas devido a dogmas preexistentes. Torna-se evidente a necessidade de iniciativas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade no ambiente acadêmico e na comunidade em geral (Júnior e Mendes, 2021).

De acordo com dados da UNESCO (2019), cerca de 246 milhões de crianças e jovens são afetados por diversos tipos de violência no ambiente escolar, como agressões físicas, emocionais, abusos sexuais e *bullying*. Entre as razões por trás desse problema estão os padrões heterocisnormativos, além de fatores maiores como a desigualdade de renda, a exclusão social e a marginalização de alguns grupos. Esses fatores resultam em maior abandono escolar, baixo desempenho acadêmico e baixa autoestima, o que traz consequências para toda a vida dos estudantes. Segundo Reidel (2017), estudos indicam que uma grande parte das pessoas transexuais e travestis não chega ao ensino secundário devido à exclusão que enfrentam em diversos aspectos dentro da escola. Como consequência, muitos acabam sem acesso ao ensino superior e a boas oportunidades de emprego. Em muitos casos, essas pessoas acabam recorrendo à prostituição como fonte de rendimento para garantir a sua subsistência.

Uma forma efetiva de combate às violências sofridas por grupos minoritários em um país marcado pela desigualdade social como o Brasil é através de informação acessível e educação de qualidade esperados nas instituições públicas de ensino, em especial os Institutos Federais de Educação (IFs) têm papel fundamental.

Os IFs são instituições públicas brasileiras que oferecem educação profissional e tecnológica em diversos níveis de ensino, desde a educação básica até a pós-graduação. Com uma estrutura pluricurricular e multicampi, estão presentes em todo o país, totalizando 633 unidades em 578 municípios. No estado de Goiás existem duas instituições distintas, sendo uma delas, o Instituto Federal Goiano (IF Goiano), o qual está distribuído em 12 campi, incluindo o Campus Ceres, localizado na região do Vale do São Patrício, no interior do estado onde ocorreu a pesquisa.

Os IFs foram concebidos por políticas públicas que visam promover educação de qualidade aos cidadãos em uma nação democrática (MEC, 2010). Por isso, também, é responsabilidade destas entidades acolher, incluir e promover o respeito à pluralidade humana através do combate ao preconceito e apoio à diversidade. Embora o IF Goiano tenha como princípio atender comunidades em situação de vulnerabilidade social, é evidente a necessidade de ações mais eficazes para lidar com as necessidades das minorias marginalizadas. Daí a urgência desta proposta em aumentar a visibilidade e a representatividade destas comunidades, tanto no contexto institucional quanto na região do Vale do São Patrício.

Este projeto tem como objetivo contribuir para a construção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde todos os indivíduos da comunidade LGBT+ sejam plenamente valorizados e respeitados, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, raça ou classe social. Para isso, foi realizada uma pesquisa diagnóstica com o propósito de compreender as necessidades e realidades desta comunidade no contexto escolar e civil na região do Vale do São Patrício. A iniciativa busca promover uma transformação positiva e significativa, fortalecendo e visibilizando a comunidade LGBT+.

II. Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem mista quanti-qualitativa, de natureza aplicada, com objetivo descritivo e de procedimento de levantamento. Para avaliar o nível de conhecimento e percepção dos estudantes do IF Goiano – Campus Ceres sobre a temática LGBT+, foi elaborado e aplicado um questionário diagnóstico via *Google Forms*. O questionário continha perguntas abertas e fechadas, a amostragem foi composta por estudantes maiores de 18 anos assumidamente LGBT+s. A divulgação ocorreu por meio de grupos de centros acadêmicos no WhatsApp, resultando na participação de nove estudantes.

As perguntas foram organizadas em blocos com o objetivo de compreender como as pessoas LGBT+s se sentem no ambiente escolar e explorar suas experiências na sociedade. A análise dos dados foi realizada adotando uma abordagem descritiva-exploratória. Para a discussão dos resultados, adotou-se a estratégia de triangulação com a literatura existente no campo de estudo. Esta etapa envolveu o diálogo entre os achados da pesquisa e os conhecimentos prévios reportados na literatura científica, permitindo não apenas a validação dos resultados obtidos, mas também o seu enriquecimento e contextualização.

Esta pesquisa foi conduzida após a obtenção de autorização prévia dos participantes, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com o objetivo de garantir um ambiente de resposta confortável e preservar o anonimato dos participantes, optou-se por não coletar informações identificadoras.

III. Resultados E Discussão

Após a compilação e análise dos dados, constatou-se que 90% dos participantes conheciam o significado completo da sigla LGBT, LGBT+ ou LGBTQIAPN+, enquanto os 10% restantes reconheciam pelo menos algumas das letras que a compõem. Considerando que a pesquisa foi realizada com estudantes que assumem suas identidades e sexualidade, é possível inferir que eles possuem um entendimento básico sobre o tema. Esse resultado é positivo, pois reflete aspectos da formação identitária desses indivíduos, influenciada, em parte, pelo ambiente escolar. O Instituto Federal Goiano, onde esses estudantes estão inseridos, conta com um núcleo de estudos e pesquisas dedicado a questões de gênero e sexualidade, oferecendo suporte e visibilidade a esse grupo, o que contribui para a conscientização e o aprofundamento dessas temáticas.

Por outro lado, em uma pesquisa realizada em 2019 pelo IBGE, 1,1% da população de 18 anos ou mais (ou 1,7 milhão de pessoas) responderam não saber sua orientação sexual segundo Barros (2022). Estes dados mostram a falta de conhecimento ou autoconsciência da própria orientação sexual por parte de uma parcela significativa da população adulta, o que ressalta a necessidade de promover não apenas a compreensão, mas também a autoaceitação e a identificação pessoal, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora para todas as pessoas. Desta forma, tanto os resultados da pesquisa com os estudantes quanto os dados do IBGE reforçam a importância contínua do debate e da educação sobre a diversidade sexual e de gênero em nossa sociedade.

O segundo questionamento direcionado aos entrevistados buscou avaliar a percepção de segurança no ambiente escolar para pessoas assumidamente LGBT+s. Os dados indicaram que 40% dos participantes consideram a escola um ambiente seguro, enquanto 60% responderam não se sentirem completamente seguras.

Uma parcela significativa da amostragem percebe a escola como um espaço acolhedor e protegido. Por outro lado, é interessante notar que a maioria dos participantes, representando 60% das respostas, indicou uma percepção menos positiva. Os dados mostram que, apesar dos avanços, ainda há diferenças significativas no tratamento entre estudantes LGBT+s e aqueles que se encaixam na norma heterocisnormativa. Um estudo realizado pela Câmara dos Deputados revelou que, no Brasil, 73% dos estudantes LGBT+s sofrem *bullying* homofóbico, 60% sentem-se inseguros nas escolas e 37% já foram vítimas de violência física (Lima, 2017). Esses números evidenciam e reforçam a necessidade de fortalecer políticas de inclusão e garantir um ambiente escolar mais seguro e acolhedor para essa população (Vianna, 2015).

Foi avaliado, também, a percepção dos estudantes sobre a frequência do respeito demonstrado pelos funcionários em relação à comunidade LGBT+. Os participantes puderam escolher entre cinco opções de resposta: nunca se sentiam respeitados, quase nunca, às vezes, quase sempre e sempre. Como resultado, 20% dos estudantes relataram às vezes, 30% sempre e 50% quase sempre se sentiam respeitados. Uma análise dos dados mostra que, apesar dos desafios ainda existentes, há um progresso na conscientização e no respeito dentro do ambiente escolar. Esse movimento sugere uma mudança positiva nas relações institucionais, contribuindo para a construção de um ambiente mais igualitário e respeitoso.

É importante lembrar que na década de 1964 a 1985 a homofobia no Brasil se encontrava profundamente enraizada em contextos sociais e políticos, especialmente durante o regime ditatorial, que excluía e marginalizava homossexuais e travestis. Esse período se caracterizou pela repressão e pela violação das liberdades individuais, levando à caça de indivíduos considerados "subversivos" e "desviados", incluindo não apenas homens e mulheres homossexuais, mas também artistas e intelectuais. Essa construção social da homofobia, centrada nas ideias de patologia e desordem social, teve consequências duradouras, o que destaca a complexidade da luta contra a discriminação que a população LGBT+ enfrentou e ainda enfrenta ao longo da história (Carvalho e Simão, 2022).

Desse modo é evidente que mudanças sociais e políticas conquistadas ao longo dos anos tiveram efeito na luta contra a homofobia e o preconceito, trazendo maior inclusão de pessoas LGBT+s na sociedade.

O compromisso dos educadores e dos demais colaboradores da escola é fundamental para manter a construção de um clima de respeito e igualdade. De acordo com diretrizes de educação inclusiva, como as promovidas pela UNESCO, as escolas devem cultivar uma cultura de respeito mútuo e apoio, tanto entre alunos quanto entre educadores, reconhecendo as diferenças como uma parte positiva e enriquecedora da comunidade escolar, os processos pedagógicos, no âmbito de uma educação inclusiva, estão voltados para assegurar a participação de todos no processo de ensino e aprendizagem (Fávero, Ferreira, Ireland e Barreiros 2009). Ademais, avanços na legislação como a aprovação da criminalização da homofobia que foi equiparada à Lei do Racismo - Lei 7.716/1989 (STF, 2019) e a aprovação do casamento homoafetivo (Senado Federal, 2006) têm dado força e visibilidade para a luta contra o preconceito. Em outras palavras, o respeito à diversidade inclui diferenças linguísticas, culturais, funcionais, de gênero, entre outras. Além disso, políticas anti-*bullying* e de respeito à diversidade, adotadas por muitas instituições, contribuem para fortalecer o apoio institucional às pessoas LGBT+s, promovendo assim um ambiente onde todos os alunos possam desenvolver-se sem medo de discriminação ou preconceito.

O questionário abordou, também, a percepção dos estudantes LGBT+s quanto ao tratamento recebido por colegas não LGBT+s. Os dados coletados revelaram que 60% dos estudantes LGBT+s possuem uma

convivência respeitosa com os demais, visto que o Instituto Federal Goiano possui políticas institucionais de apoio e conscientização desde o ano de 2018. Essas políticas se consolidaram por meio de palestras formativas, campanhas de conscientização, grupos de estudos, elaboração de materiais, além das medidas punitivas diante eventos discriminatórios, tornando o ambiente mais seguro e inclusivo. Segundo Souza, Costa e Rodrigues (2023), isso coloca em evidência que a convivência respeitosa entre estudantes LGBT+s e não LGBT+s varia conforme o contexto social e a conscientização existente no ambiente escolar, de forma que as boas práticas, o respeito e a inclusão são mais abundantes em escolas e instituições que buscam sanar o preconceito e promover a diversidade com visibilidade para as minorias.

Quando perguntados se algum(a) professor(a) já abordou a temática LGBT+ de forma positiva dentro de sala de aula, 80% indicaram que havia, em geral, práticas em classe que tratam o tema de maneira inclusiva e informativa, contribuindo para a promoção do respeito e compreensão, mas ainda existem casos em que a abordagem é negligente ou marcada por comentários antipáticos e preconceituosos. O questionário também buscou saber se algum(a) professor(a) já abordou a temática LGBT de forma negativa dentro de sala de aula, e 40% dos estudantes disseram presenciar cenas de LGBT+fobia em sala.

Essa situação é preocupante, pois evidencia a presença de atitudes que comprometem o papel educacional da escola como espaço de acolhimento e desenvolvimento social. A abordagem inadequada de questões LGBT+ por parte de alguns professores pode reforçar sentimentos de insegurança entre os estudantes assim como mostram os dados coletados nesse trabalho em que 60% dos estudantes não se sentem seguros, agravando a vulnerabilidade emocional e social que já enfrentam fora do ambiente escolar.

A falta de capacitação docente em diversidade e inclusão contribui para a reprodução de atitudes excludentes, destacando a necessidade de formações contínuas para professores e equipe pedagógica. Para que o ambiente escolar se torne efetivamente um refúgio seguro e inclusivo, é imprescindível que práticas pedagógicas sejam revisadas e que educadores recebam apoio e recursos para tratar temas de diversidade de forma adequada e acolhedora. Dessa forma, pode-se criar uma cultura escolar que priorize a empatia, a dignidade e o respeito, fortalecendo a confiança dos estudantes e garantindo que todos se sintam seguros e valorizados (Souza, Silva e Santos, 2014).

Para entender melhor o contexto em que os estudantes estavam inseridos, o questionário incluiu perguntas que investigaram além da vivência escolar. Assim, essa pesquisa buscou descobrir se os entrevistados consideravam suas casas como lugares seguros para pessoas LGBT+s. Os dados mostram que 70% dos entrevistados consideram seu lar um ambiente seguro. Isso indica um avanço significativo na aceitação e no acolhimento de pessoas LGBT+s dentro do ambiente familiar. Esse cenário reflete mudanças sociais positivas, impulsionadas por debates mais abertos sobre diversidade e inclusão.

Embora ainda haja desafios a serem superados, o aumento do número de lares acolhedores sugere que mais famílias estão se tornando espaços de suporte emocional e segurança para jovens LGBT+s. Esse progresso é fundamental, pois um ambiente familiar seguro contribui diretamente para a autoestima, o bem-estar e a qualidade de vida desses indivíduos, fortalecendo sua capacidade de enfrentar desafios externos com mais confiança e equilíbrio.

Os dados revelam, ainda, que 70% dos entrevistados não se sentem seguros em ambientes religiosos frequentados por suas famílias. Essa constatação reflete uma preocupante normalização da hostilidade e da rejeição, contradizendo os valores de amor e compaixão que muitas tradições religiosas dizem promover. Esse sentimento de insegurança e rejeição afeta a capacidade dos indivíduos de viverem plenamente sua identidade, desse modo, a busca por inclusão, respeito e aceitação de pessoas LGBT+s deve ser cada vez mais promovida, assim como os projetos institucionais buscam dar suporte a essas pessoas.

Foi tratado sobre o conhecimento dos entrevistados sobre o núcleo de estudo e pesquisa sobre diversidade sexual e de gênero sexuais, como um indicador de efetividade das ações realizadas por este grupo. Este núcleo fornece suporte e dá visibilidade a comunidade LGBT+ na instituição. Os dados mostram que 70% dos entrevistados conhecem o núcleo, entretanto uma parte considerável dos estudantes ainda desconhece o projeto, o que ressalta a importância de uma maior divulgação e efetividade das ações do núcleo.

Por fim, os entrevistados apresentaram sugestões de novas ações que gostariam de ver implementadas na instituição. Entre as propostas, destacam-se a realização de mais eventos que promovam a visibilidade LGBT+, a criação de um setor especializado para oferecer apoio emocional e mental a estudantes que enfrentam questões relacionadas à sexualidade, e a inclusão de atividades sobre diversidade em todos os turnos. Além disso, foi sugerida a realização de ações de conscientização direcionadas tanto aos funcionários da instituição quanto à comunidade acadêmica como um todo, garantindo que a mensagem de inclusão alcance todos os indivíduos, independentemente de gênero ou orientação sexual. Outra recomendação foi a continuidade e ampliação das iniciativas já existentes, como eventos de integração, publicações de obras e palestras educativas. Os estudantes também propuseram a organização de encontros e debates regulares e a criação de uma rede de apoio específica para alunos LGBT+s.

Dessa forma, a análise desses dados nos leva a refletir sobre a importância de promover um ambiente escolar inclusivo e acolhedor, onde todas as pessoas se sintam seguras e respeitadas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Além disso, evidencia a necessidade contínua de educação e sensibilização para combater a discriminação e promover a igualdade de direitos dentro das instituições educacionais, assim, sendo respeitados por funcionários e colegas.

IV. Conclusão

A presente pesquisa revelou que, apesar dos avanços na luta por direitos e inclusão da comunidade LGBT+, ainda há desafios significativos a serem superados no ambiente escolar. Os dados indicam que a maioria dos estudantes LGBT+s do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres reconhece a importância das políticas de inclusão já implementadas, mas também aponta lacunas que precisam ser preenchidas para que o espaço escolar se torne verdadeiramente seguro e acolhedor para todos. A percepção de insegurança por parte de uma parcela significativa dos entrevistados reforça a necessidade de ações contínuas que combatam a discriminação e promovam o respeito à diversidade.

A educação desempenha um papel central na transformação social, e o ambiente escolar deve ser um espaço de aprendizado, não apenas acadêmico, mas também de valores que fortaleçam a empatia e a equidade. Os resultados da pesquisa demonstram que, quando há iniciativas institucionais que visam a inclusão, como núcleos de estudos sobre diversidade, campanhas de conscientização e capacitação docente, há uma melhoria considerável na convivência e no respeito às diferenças. No entanto, para que essas ações sejam eficazes, é fundamental que a divulgação e a implementação dessas iniciativas sejam eficazes, garantindo que alcancem toda a comunidade acadêmica.

Outro ponto importante identificado foi a necessidade de maior capacitação dos professores e funcionários da instituição para lidar com questões de diversidade sexual e de gênero. A presença de comentários LGBT+fóbicos em sala de aula relatados por alguns estudantes mostra que a falta de preparo docente pode contribuir para a perpetuação do preconceito dentro da escola.

Além do contexto escolar, a pesquisa evidenciou que muitos estudantes LGBT+s ainda enfrentam dificuldades em suas próprias casas e, principalmente, em espaços religiosos frequentados por suas famílias. Isso mostra que, embora a sociedade esteja avançando em termos de aceitação e respeito à diversidade, ainda há barreiras culturais e estruturais que precisam ser ultrapassadas.

Por fim, as sugestões apresentadas pelos próprios estudantes reforçam a necessidade da ampliação de políticas de inclusão e do fortalecimento de espaços de acolhimento dentro da instituição. A realização de eventos, debates e atividades voltadas para a visibilidade LGBT+ não apenas contribui para a conscientização da comunidade acadêmica, mas também fortalece a autoestima e a representatividade desses estudantes. Assim, garantir que a escola seja um ambiente seguro e inclusivo não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também um compromisso essencial para a construção de uma sociedade mais justa, respeitosa e igualitária.

Referências

- [1]. Alves, C. E. R. Travestis E Transexuais Na Escola: Ressonâncias Do Uso Do Nome Social Na Rede Municipal De Educação De Belo Horizonte. Seminário Internacional Fazendo Gênero, V. 10, 2013.
- [2]. Reidel, M. Ser Trans E As Interloquções Com A Educação. In: MACHADO, Paula; NARDI, Henrique; SILVEIRA, Raquel. Diversidade Sexual, Relações De Gênero E Políticas Públicas. Porto Alegre: Sulina, P.07 A 42, 2017.
- [3]. “Violência Escolar E Bullying: Relatório Sobre A Situação Mundial”. UNESCO. 2019. Disponível Em: Acesso Em 20 De Jan. 2024.
- [4]. Browser, B. P. (1995). Introduction: The Global Community, Racism And Anti-Racism. Em B. P. Browser (Org.), Racism And Anti-Racism In World Perspective (Pp. 1-10). London: Sage.
- [5]. Kinder, D. R. E Sears, D. O. (1981). Prejudice And Politics: Symbolic Racism Versus Racial Threats To The Good Life. Journal Of Personality And Social Psychology, 40, 414-43.
- [6]. Mummendey, A. E Wenzel, M. (1999). Social Discrimination And Tolerance In Intergroup Relations: Reactions To Intergroup Difference. Personality And Social Psychology Review, 3, 158-174.
- [7]. Associação Nacional De Travestis E Transexuais, Assassinatos, 2020. Disponível Em: <https://Antrabrazil.Org/>. Acessado Em 20 De Outubro De 2020.
- [8]. [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Index.Php?Option=Com_Docman&View=Download&Alias=6691-If-Concepcaoediretrizes&Category_Slug= Setembro-2010-Pdf&Itemid=30192](http://Portal.Mec.Gov.Br/Index.Php?Option=Com_Docman&View=Download&Alias=6691-If-Concepcaoediretrizes&Category_Slug= Setembro-2010-Pdf&Itemid=30192). Acessado Em 20 De Outubro De 2020.
- [9]. Pereira, C.; Torres, A. R. R. E Almeida, S. T. Um Estudo Do Preconceito Na Perspectiva Das Representações Sociais: Análise Da Influência De Um Discurso Justificador Da Discriminação No Preconceito Racial. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, V. 16, N. 1, P.95-107,2003. Disponível Em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722003000100010&lng=en&nrm=iso. Acessado Em 20 De Outubro De 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000100010>.
- [10]. Lima, V. Estudantes LGBT Se Sentem Inseguros Nas Escolas, Aponta Pesquisa Fonte: Agência Câmara De Notícias. Agência Câmara De Notícias, 2017. Disponível Em: <https://www.camara.leg.br/noticias/525534-estudantes-lgbt-se-sentem-inseguros-nas-escolas-aponta-pesquisa/>. Acesso Em: 08 Maio 2024.
- [11]. Barros, A. Em Pesquisa Inédita Do IBGE, 2,9 Milhões De Adultos Se Declararam Homossexuais Ou Bissexuais Em 2019. Agência De Notícias, 2022. Disponível Em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso Em: 08 Maio 2024.
- [12]. Bouchard, P.; Bouchard, N. E Boily, I. (2005). La Sexualisation Précoce Des Filles. Montréal, Sisyph.

- [13]. Richard-Bessette, S. (2006). *Léxique Sur Les Différences Sexuelles, Le Féminisme Et La Sexualité*, Chargée De Cours-Département De Psychologie Et Sexologie, UQAM, 2006.
- [14]. BRASIL. Lei Nº 7.716, De 5 De Janeiro De 1989. Define Os Crimes Resultantes De Preconceito De Raça Ou De Cor. Diário Oficial Da União, Brasília, DF, 6 Jan. 1989. Disponível Em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm. Acesso Em: 4 Dez. 2024.
- [15]. Souza, J. S E Moura, L. T. Crítica À Sub-Representação De Mulheres Negras No Legislativo Federal: Colonialidade, Silêncio E Incômodo. *Rev. Direito E Práx.*, Rio De Janeiro, Vol. 13, N. 3, 2022, P. 1917-1950. DOI: 10.1590/2179-8966/2022/68946.
- [16]. Garcia, L. C.; Lacerda, G. M. F. E Lima, N. M. A Falta De Representatividade Das Minorias Identitárias Nos Parlamentos Brasileiros: A Crise Na Democracia Representativa. *Estudos Eleitorais*, Brasília, DF, V. 17, N. 2, P. 19-42, Jul./Dez. 2023. DOI: https://doi.org/10.57025/14145146_V17n2_Gar.Lui.
- [17]. Young, I. M. *Representação Política, Identidade E Minorias*. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.
- [18]. Silva, M.A.B. Racismo Institucional: Pontos Para Reflexão. *Laplage Em Revista*, São Carlos, Brasil, Vol. 3, Núm. 1, January-April. 2017. DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201731223p.127-136>.
- [19]. Neves, R. L. R.; Golin, C. H.; Lira, L. C.; Sampaio, T. M. V. E Assumpção, L. O. T. Políticas Públicas Para Minorias Étnico-Raciais, Mulheres E Juventude: Notas Introdutórias Sobre As Áreas De Esporte E Lazer. *Pensar A Prática*, Goiânia, V. 18, N. 4, Out./Dez. 2015. DOI: 10.5216/Rpp.V18i4.34689.
- [20]. Júnior, C. A. A. De S. E Mendes, D. C. Políticas Públicas Para A População LGBT: Uma Revisão De Estudos Sobre O Tema. *Cadernos EBAPE.BR* 19 (Spe) Nov 2021 DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200116>.
- [21]. Vianna, C. P. O Movimento LGBT E As Políticas De Educação De Gênero E Diversidade Sexual: Perdas, Ganhos E Desafios. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, V. 41, N. 3, P. 791-806, Jul./Set. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022015031914>.
- [22]. Carvalho, L. R.; Simão, E. R. Dos S. Análise Histórica Das Políticas Públicas Para População LGBT+ No Brasil E Interfaces Com A Psicologia. *Revista Perspectivas*, 2022. Ed. Especial: Estresse De Minorias, P. 102-119. DOI: [Org/10.18761/VEEM.456](https://doi.org/10.18761/VEEM.456).
- [23]. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). STF Enquadra Homofobia E Transfobia Como Crimes De Racismo Ao Reconhecer Omissão Legislativa. Brasília, 13 Jun. 2019. Disponível Em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-enquadra-homofobia-e-transfobia-como-crimes-de-racismo-ao-reconhecer-omissao-legislativa/>. Acesso Em: 7 Fev. 2025.
- [24]. SENADO FEDERAL. Projeto De Lei Da Câmara Nº 122, De 2006. Brasília, 2006. Disponível Em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>. Acesso Em: 7 Fev. 2025.
- [25]. Sousa, I. J. F.; Costa, R. M. R.; Rodrigues, R. O. Homofobia No Espaço Escolar: Desafios Educacionais E Suas Consequências Para A Vida De Indivíduos LGBTQIA+. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 9., 2023. Anais... [S. L.: S. N.], 2023. ISSN 2358-8829.
- [26]. Souza, E. J.; Silva, J. P.; Santos, C. Homofobia Na Escola: As Representações De Educadores/As. *Trends In Psychology / Temas Em Psicologia*, V. 23, N. 3, P. 635-647, 2015. DOI: 10.9788/TP2015.3-09.
- [27]. Fávero, O.; Ferreira, W.; Ireland, T. E Barreiros, D. *Tomar A Educação Inclusiva*. Brasília: UNESCO Brasília/ANPED, 2009. 217 P. ISBN 978-85-7652-090-0.